

O GENTIO É GENTE (MAS NEM TANTO): MENDES PINTO E O MUNDO SEM CRISTO

Francisco Ferreira de Lima
Prof. Titular do Dep. de Letras e Artes
Doutor em Literatura Portuguesa — USP

RESUMO — *Uma boa parte da crítica costuma apresentar Fernão Mendes Pinto como um narrador desprovido de preconceitos étnicos, políticos e religiosos, praticante, portanto, de um humanismo de cunho universal. Este artigo mostra que tal universalidade é praticamente inexistente na Peregrinação. Ao contrário do que tais formulações querem fazer crer, o que ali se observa é um narrador — embora feroz crítico do excesso de mando — firmemente empenhado no projeto de dilatar a fé e o império.*

ABSTRACT — *A great deal of criticism is used to present Fernão Mendes Pinto as a narrator with no ethnical, political and religious prejudices, inserting him into a kind of universal humanism. This article shows that such a universality does not exist regarding Peregrinação. In opposition to what has been formulated, the narrator in it, although a fierce critic of the way power is exerted, is strongly involved in the religious and imperial expansionist project.*

Por curiosa coincidência, mais ou menos pela mesma época em que Xavier desmoralizava os bonzos japoneses, abrindo o caminho para a conversão do “rei” do Bungo, o dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas provocava uma das maiores polêmicas de todo o século XVI ibérico, ao desbancar os argumentos aristotélicos de Juan Gines de Sepúlveda, segundo os quais os índios podiam e deviam ser dominados, uma vez que povos “inferiores” eram naturalmente votados à servidão.

Porque viajou por terras cujo grau de civilização, riqueza material, poderio econômico e militar rivalizava — e muitas vezes superava — o do acanhado universo de onde procedia, Mendes Pinto não teve muito tempo para se dedicar a questões dessa natureza, mesmo porque a especulação filosófica não se contava entre os seus interesses. Mas, se contasse, não seria de todo surpreendente descobrir que ele estaria mais para Sepúlveda do que para Las Casas. Afinal, com exceção do dominicano e outros muito poucos, a “Cristandade” inteira estava com ele¹.

É importante acrescentar que essa concepção de povos naturalmente inferiores houvera sido recentemente reafirmada pelo Concílio de Trento. Portanto, estar dela convencido no século XVI não significava atraso ou conservadorismo, como poderia à primeira vista parecer à sensibilidade dos tempos atuais, mas, ao contrário, era ser inteiramente contemporâneo, traço que não faltava a Mendes Pinto — em qualquer sentido que se tome a palavra no contexto daqueles tempos.

Se não se pode ver a repercussão dessas teses nas idéias de Mendes Pinto, pode-se, todavia, vê-la com alguma nitidez na sua vida cotidiana. Ao contrário, por exemplo, do padre Fernão de Oliveira, ele não parecia ser tomado de grande desconforto ante a escravidão, que encarava como algo absolutamente natural.

São muitas as passagens na *Peregrinação* em que se pode ler referências a escravos. Ao se desfazer de suas riquezas para entrar na Companhia de Jesus, por exemplo, Mendes Pinto se desfaz também de seus escravos, pois, de acordo com o padre Aires Brandão (CATZ, 1983:51), “tinha muitos escravos seus cativos, os quais todos forrou, mandando a cada um por si que dali por diante a só Deus conhecessem por Senhor”.

Não se infira que, daí, entretanto, que antes desse gesto de despojamento, Mendes Pinto fosse um homem violento e cruel. A escravidão era algo tão pacífico que até mesmo a ordem religiosa de que ele foi um dos membros possuía grande número de escravos no Brasil e em Angola, como informa BOXER (1992:317). Isso para não falar nos missionários seculares que participavam diretamente do tráfico.

Ademais, a Ásia convivia milenarmente com essa instituição, sem experimentar interregnos como sucedeu com a Europa Medieval, quando a prática escravagista, sem que tenha desaparecido de todo, chegou a níveis insignificantes. Portanto, esse ato de libertar os escravos deve ser entendido, muito menos como um *mea culpa*, do que como um rito de passagem para um outro mundo, no qual se buscam riquezas de outra natureza. Sentir-se culpado por possuir escravos não é o sentimento que marca a prática de Mendes Pinto. Para ele, como ensinava a época, trata-se de uma mercadoria, para uso o mais diverso.

Ao contrário do que com frequência se diz, a *Peregrinação* não é apenas valorização do *outro*, mecanismo sutil inventado pelo narrador para promover a desvalorização do *mesmo*. Ela é simultaneamente valorização e desvalorização do *outro*, valorização e desvalorização do *mesmo*.

Se a desvalorização do outro pode atingir o grau de completa animalidade na *Peregrinação*, como se dá nos casos de canibalismo apresentados ao

longo do texto, a valorização, por seu turno, não atinge os níveis supostos pela vertente analítica que vê o texto de Mendes Pinto como uma crítica descons-trutora dos fundamentos do Império. Essa valorização, presença marcante no texto, nunca é absoluta, mas, ao invés, relativa e parcial, porque — já se sabe — falta Deus àquele mundo, o Deus de Mendes Pinto, bem entendido. E por isso ele é imperfeito, por grande, rico e belo que seja. E dessa imperfeição padecem também seus habitantes, por éticos, generosos e amáveis que possam ser.

Todavia, ainda que imperfeitos, esses homens são regidos por valores rigorosos, exercitando, na prática, a justiça, a fraternidade, a compaixão, a generosidade, a decência, a honestidade, o temor ao seu Deus, a caridade, como se vivessem uma espécie de ortodoxa ética cristã sem Cristo, exercício que desvela nos portugueses o descompasso em que vivem. Por consequen-te, esses homens são valorizados não em si mesmos, mas porque praticam, ainda que não o saibam, o essencial do Cristianismo.

É nesse viés que se deve entender não só a prática como os discursos de muitos gentios em que se pregam aqueles valores, nos quais se chama a atenção menos para seus autores do que para o descompasso entre dizer e fazer vivido pelos portugueses. São tão freqüentes essas situações que é impossível referir todas elas. Tome-se apenas uma delas.

Sabedores da descoberta do Japão, os mercadores portugueses que negociavam nas costas da China organizam a toda pressa uma expedição com destino a esse novo El Dorado, onde era possível — dizia-se — ficar rico em uma única viagem. Baseada em muita cobiça e nenhuma segurança, a expedição tem um fim trágico: sucumbe em um terrível naufrágio, do qual restam alguns poucos sobreviventes. Mendes Pinto — não podia ser de outra forma! —, felizmente, está entre eles. Com muito esforço, vão dar à ilha dos Léquios, atual Formosa.

Feitos prisioneiros, os portugueses recebem garantia de que não serão maltratados, do que muito duvidam, porque já se iam

tão desconfiados da vida, ã ainda que nolas disseraõ pessoas de que tiueramos muyta confiança, piadosamente lha creramos, quan-to mais Gentios crueys, & tyranos, & sem ley nem conhecimento de Deos (408).

Estavam redondamente enganados, porém. Ao ser conduzidos à povo-ação, recebem tratamento de prisioneiros, é verdade, mas todo ele fundado nas idéias de amor ao próximo e de justiça rigorosa, porém isenta.

Logo no dia seguinte à sua prisão, foram visitados pelas *mulheres hōradas daquelle lugar*, que lhes levaram comida em abundância e choraram, condoídas, ante aquela “triste miséria” em que os encontraram.

Ao ver os trapos em que estavam vestidos, que eram pouco mais do que haviam trazido *dos ventre de nossas mãys*, algumas delas, por eleição, saíram às ruas, esmolando em “grandes vozes”:

ó gentes que professais a ley do Senhor cuja condição he (se se pode dizer) ser prodigo para conosco, em nos comunicar seus beês, sahy do encerramento de vossas paredes a verdes carne de nossa carne tocada por ira da mão do Senhor poderoso, & socorrerlhe com vossas esmollas para que a misericordia de sua grandeza vos não desempare como a elles (409).

Diz o narrador que os habitantes da terra atenderam o apelo daquelas esmoleres de modo tão pressuroso que em menos de uma hora, os prisioneiros estavam *todos providos do necessario em muyta abastança*.

Não são menos piedosas as primeiras palavras que o Broquém — o governador —, última autoridade na hierarquia de poder antes do rei, tem para com eles. Levados à sua presença para ser interrogados, os portugueses, mais acostumados a tratar seus inimigos à base do *tormento*, deparam com uma inusitada noção de humildade. O governador abre o interrogatório com um longo pedido de desculpas, por ter que levá-lo adiante, obrigação a que está sujeito por força do cargo. Segundo ele, não fossem os *seus peccados* que a isso o obrigam, preferiria mesmo estar no lugar dos portugueses, pela compaixão que provocam sua miséria e pobreza.

À humildade junta-se, contudo, o sentido rigoroso da justiça, que deve ser praticada de modo a que se chegue à verdade. Por isso ela tem que ser exercida com solene gravidade. O interrogatório é uma aula perfeita de ética cristã, com posições invertidas, na qual, além de se expor o descompasso em que vivem os portugueses, que dizem uma coisa e praticam outra, põe-se perigosamente em dúvida o próprio modelo político do Império:

E elle nos disse, pois, quem vos trouxe a esta nossa terra, ou para onde hieys quando vos perdestes? & nos lhe respondemos, que por sermos mercadores, & termos por officio tratar cõ nossas fazendas nos embarcamos no reyno da China do porto de Liãpoo para Ta-

nixumaa (...), & que sendo tanto auãte como a ilha do fogo nos dera hũa tamanha tormenta q̃ não podendo pairar o mar, nos fora forçado correr em popa ao som do vêto tres dias com suas noites (...), onde de nouenta & duas pessoas que eramos se afogaraõ logo as sessenta & oito, & nõs os vinte & quatro que aly via diante de sy, nos saluara Deos milagrosamente (...). A que elle replicou, dizendo, & de que titulo possuys tantas riquezas de sedas & peças quantas o mar deu às nossas gentes desse vosso junco? que, segundo tenho sabido, valê mais de cem mil taeis, pelo que me parece incruel poderem homens adquirir tanta soma de riqueza sem intreuirem nisso roubos, os quais, pela offensa graue que com elles se faz a Deos, são mais officio dos seruos da serpe da casa do fumo, que dos da casa do Sol, onde os justos & de coração limpo se banhão cõ cheyros suaues no tanque das agoas do alto Senhor. E nós lhe respondemos a isto que sem falta nenhũa eramos mercadores & não ladrões (...) porque o Deos em que criamos nos vedaua em sua santa ley o matar & o furtar. A que elle, olhando para os circunstantes, disse, se estes falão verdade, podemos dizer que são como nos, & o seu Deos muyto melhor q̃ todos os outros, pelo que me parece que assi serà como dizem. Então tornãdo a olhar para nós, prosseguiu adiãte com suas perguntas, & sempre com rosto graue, & mostras irosas, como ministro inteyro em seu officio, nas quais se deteu quasi hũa hora, & ja por derradeyro nos disse, pois qual foy a causa porque a vossas gêtes no tempo passado quando tomarão Malaca pela cubiça das suas riquezas, mataraõ os nossos tanto sem piedade, de q̃ ainda agora ha nesta terra algũas viuuas? a que respondemos que seria por sucesso de guerra, mas não por cobiça de os roubar, porque o não costumauamos de fazer em parte nenhũa: & ele tornou, pois, que he isto que dizem de vos? negareis que quem conquista não rouba? quem força não mata? quem senhoreya não scandaliza? quem cubiça não furta? quem aprema não tyraniza? pois todas essas cousas se dizem de vós (412/3).

Contudo, sem provas suficientes para incriminar os portugueses, o governador manda recolhê-los à prisão, enquanto informa o rei dos resultados do interrogatório e espera por sua decisão.

Dois meses se passam. Ainda sem matéria suficiente para um veredicto definitivo, o rei vale-se de um estratagema: introduz um informante na prisão para que este, mostrando-se amigo dos estrangeiros, consiga as provas necessárias ao bom andamento do processo.

O recurso astucioso do rei acaba funcionando em favor dos portugueses, porque, se bem não explicita como o conseguiram, diz o narrador que *ainda que isto se fez cõ todo o segredo possiuel, não faltou quem o dia dantes nos auisou da vinda deste homem* (413). Respondendo às suas perguntas *conforme ao que naquella conjunção nos era necessario*, os portugueses convencem com facilidade o informante acerca de sua inocência, o qual, por sua vez, convence o rei, que se decide por libertá-los.

Prestes a fazê-lo, eis, todavia, que chega à ilha um corsário chinês

a q̃ el Rey daua colheyta em sua terra, por lhe dar a metade das presas q̃ trouxesse da China, & por esta causa era muyto valido com elle & com todos os grandes da terra (415).

Inimigo mortal dos portugueses, que um ano antes haviam destruído três de seus navios, em que morreram duzentos de seus homens, o corsário

emburilhou o negocio de maneyra, & disse de nós tãtas mêtiras a el rey, q̃ quasi lhe fez crer q̃ sem duuida perderia muyto cedo o reyno por nosso respeito, porq̃ lhe disse, que era nosso costume espiarmos hũa terra so color de mercãcia, & depois a tomarmos como ladroẽs, matãdo & assolãdo toda a cousa que nella achauamos (...) (415).

Diante dessa nova informação, o rei revoga a decisão anterior e manda executar os portugueses por esquarteramento.

Entrementes, uma portuguesa, mulher de um dos prisioneiros, que fora recolhida pela filha do governador juntamente com seus dois filhinhos, ao saber da sentença, dá tão contundente demonstração de desespero, que causa uma comoção geral nas mulheres que ali se encontram.

Diante de quadro tão comovente, essas decidem interceder pela vida dos prisioneiros, promovendo o que se poderia chamar de uma revolução pela piedade, que atinge a própria mãe do rei. Este, que também não se sentia muito confortável com a sentença que proferira, diante do pedido da mãe, concede o perdão aos estrangeiros, como uma esmola a (seu) Deus.

Durante quarenta e seis dias, os portugueses, repartidos pelas casas do governador e de muitas *mulheres honradas*, foram *muyto bem prouidos dellas de todo o necessario em tanta abastança, que não ouue nenhum de nós que não trouxesse de cem cruzados para cima* (423), com exceção daquela desesperada portuguesa, que *em dinheyro & peças trouxe mais de mil, com que seu marido, em menos de hum anno se restaurou do que tinha perdido* (423).

Descansados, e chegados os ventos favoráveis da monção, os portugueses são embarcados pelo Broquéem num junco chinês, que se dirigia a Liampoo, não sem antes ter tomado providências junto ao capitão do junco *conforme ao que el Rey lhe tinha mandado (...), acerca da segurança de nossas pessoas, porque nos não fizesse traição no caminho* (423).

Depois de ter recebido tanta demonstração de amor ao próximo, assim, de modo aparentemente contraditório, conclui o narrador:

E desta maneyra nos partimos desta cidade de Pongor, metropoly desta ilha Lequia, da qual aquy breuemente quiz dar algũa informação como custumey de fazer nas outras terras de que atraz tenho tratado, para que se em algum tẽpo Deos nosso Senhor for seruido de inspirar na nação Portuguesa, que primeira e & principalmente pela exaltação & acrecentamento da sua santa fé Catholica, & apos isso pelo muyto proueito que dahy pode tirar, queyra intentar a cõquista desta ilha, saiba por onde ha de pôr os peis, & o muyto q̃ pode ganhar no descobrimento della, & quão facil lhe será conquistada (423).

A essa conclusão segue-se uma descrição minuciosa da geografia da ilha, na qual se apontam as suas riquezas e maravilhas. E finda novamente com a idéia de que ela pode ser facilmente conquistada:

Desta breue informação que tenho dado destes Lequios se pode entêder, & assi o cuydo eu pelo que vy, que com quaisquer dous mil homens se tomara e senhareara esta ilha com todas as mais destes acipelagos, donde resultará muyto mayor proueito q̃ o que se tira da India, & com muyto menos custo assi de gente como de tudo o mais (...). Das mais excellencias particulares que pudera dizer desta ilha, não tratarey agora, porque me parece que isto so bastara para espertar & incitar os animos dos Portugueses a hũa empresa de tanto seruiço de nosso Senhor, & de tanta honra & proueito para elles (425).

Esse episódio aqui resumido, assim como outros muito semelhantes espalhados ao longo da *Peregrinação*, tem desafiado a crítica, quanto às posições religiosas de Mendes Pinto. As respostas formuladas até então parecem ainda aquém da complexidade do problema.

Para REBECCA CATZ (1978:256), por exemplo, que vê Mendes Pinto como um “*cristão novo* que desafiando a Inquisição presta culto ao Deus dos seus antepassados”, tais episódios funcionariam como a demonstração cabal

da condenação que vota ao Cristianismo. Segundo ela, tal condenação é tão globalizante que dela não se exclui nem mesmo Francisco Xavier, cuja prática, diz essa autora, é sutilmente desmerecida por Mendes Pinto.

Assim, a exortação que Mendes Pinto faz aos portugueses ao final desse episódio deve ser entendida, segundo CATZ (1978:141), como uma das muitas “poses satíricas” que o narrador assume na narrativa, sendo esta a do “patriota e defensor da fé”.

De acordo com essa autora, o que ali está — como quase tudo mais, aliás, na narrativa de Mendes Pinto — deve ser lido de modo invertido, pois que ele não é, em absoluto, um dos daquele mundo, juiz severo que é do pecado coletivo dos cristãos.

Ademais do fato de não ter conseguido provar documentalmente a ascendência judaica de Mendes Pinto², o que compromete profundamente a sua concepção da *Peregrinação* como sendo uma sátira total ao modo de Rabelais, Catz parece não dar qualquer importância ao contexto em que a narrativa de Mendes Pinto foi vivida e pensada. Tomem-se um Diogo do Couto, um Gaspar Correia, um Castanheda, um Rodrigues da Silveira, o próprio Camões, mais outros ainda, e se verá que todos eles, uns mais outros menos, criticam duramente os excessos do Império, mas com uma finalidade fundamentalmente morigeradora, de reconstrução do Império, de recondução ao bom caminho, de maneira a se evitar a decadência definitiva.

Não são muito diferentes os objetivos de Mendes Pinto. Ele sonha um Portugal imperial praticando e anunciando ao gentio a palavra de Cristo, assim como faz Xavier, o santo padre de sua devoção, porque, por mais que esse mundo do gentio exceda em grandeza, falta-lhe a verdade da palavra de Deus.

Praticar e anunciar a palavra de Cristo, mesmo em Mendes Pinto, não exclui, todavia, a idéia de proveito. Legitimado pelas altas autoridades da Igreja, é prêmio justo, que pertence por direito ao vencedor. Por isso, proveito e cobiça são coisas muito distintas, ainda que a olhos de outros tempos pareçam tão similares.

Mendes Pinto critica acerbamente a cobiça, para ele o maior pecado praticado pelo cristão, mas não o proveito, que este também honra o nome do Senhor. Toda vez que houver sátira na *Peregrinação* — e há em muitas passagens — é a cobiça, a ganância, a mesquinharia que se pretende atingir, nunca o proveito ganho como resultado da conquista, por ele considerada necessária, justa e legítima.

Porque não quis aceitar essa dicotomia entre proveito e cobiça, movido talvez por suas conhecidas convicções ideológicas, Antônio José SARAIVA (1962) cria uma espécie de armadilha para si mesmo, da qual não consegue

depois desvencilhar-se, ou o consegue parcialmente, com a tese de que o narrador de Mendes Pinto é um pícaro, coisa de que nem ele próprio parece estar muito convencido.

Antes disso, contudo, é importante mostrar como Saraiva entende essas situações nas quais Mendes Pinto faz manifestar-se esse Deus cristão sem Cristo através do gentio. Em certas passagens, ele (1962:436) não duvida de que esse Deus magnânimo e generoso seja o Deus dos cristãos, “o Deus *cui proprium est misereri*, invocado por Job e lembrado por Gil Vicente”.

Um pouco mais adiante, ao arrolar as características que encontra nesse Deus que se manifesta através do gentio, SARAIVA (1962:469) reafirma a convicção de que se trata de um Deus cristão sem Cristo:

Em resumo, trata-se de um Deus universalista, superior aos ritos, inspirador do amor ao próximo e cujo verdadeiro culto consiste na prática de uma lei moral.

Isso leva SARAIVA (1962:469) a concluir:

Opõe-se esta concepção não à doutrina cristã que os Portugueses tão bem sabiam expor, mas sim à religião que eles manifestavam na prática — religião particularista, exclusivista, que faz de Deus um *fétiche* tribal.

No entanto, essa fina conclusão é praticamente anulada pela questão que Saraiva, com inusitada gravidade, põe imediatamente a seguir: “Perguntamos agora: É aquele na verdade o Deus cristão? Está Fernão Mendes Pinto dentro da doutrina ortodoxa?” E com uma prudência excessiva, ele mesmo responde: “Parece-nos duvidoso”.

E parece-lhe duvidoso por duas razões. A primeira é que “não é nada ortodoxa a idéia de pôr os Gentios a ensinar aos Cristãos a verdadeira doutrina sobre Deus”, uma vez que, justifica, a verdade no Cristianismo é fruto da revelação, como se dá também tanto no islamismo quanto no judaísmo mosaísta. Ninguém pode conhecer Cristo sem que Sua palavra não lhe tenha sido antes transmitida.

E a segunda resulta do que para ele se apresenta como uma situação de caráter “extremamente enigmático”. Ao perguntar sobre Deus a dois homens que havia feito prisioneiros, Antônio de Faria queda-se espantado com a proximidade de concepções entre o Deus dos gentios e o seu. Para dirimir dúvidas — ou confirmar certezas — pergunta-lhes, por fim, “se tinham em sua

ley q̃ viera Deos em algũ tempo ao mundo em carne de homem humano".
Os gentios dizem em resposta

q̃ não, porque não podia auer cousa q̃ obrigasse a tamanho extremo, porque pela excelencia da natureza diuina estaua liure de nossas miserias, & muyto esquecido de cubiçar tisouros da terra, porq̃ tudo era pouquidade na presença de seu resplandor (135).

Embora SARAIVA (1962:470) se recuse a discutir o significado dessa concepção de Deus, diz que "o problema da Encarnação fica dessa forma levantado na *Peregrinação* em termos pelo menos ambíguos".

Em princípio, é muito difícil imaginar que um narrador que se vale tantas vezes de Cristo possa querer colocar sua existência nos "termos ambíguos" propostos por Saraiva. Com efeito, se alguém se der ao trabalho de fazer um levantamento exaustivo na *Peregrinação*, encontrará, pelo menos uma vez em cada página, — e muitas vezes em muitas páginas — um apelo do narrador a "Cristo"³, a "Jesus", a "Jesus Cristo", a "nosso Senhor", a "nosso Senhor Jesus Cristo", ao "filho de Deus que morreu na cruz para nos salvar", ao "filho unigênito de Deus", além de outras formas menos usadas. E são tantos esses apelos que qualquer marca de ironia que porventura pudesse ali estar gravada - embora não seja o caso — forçosamente tenderia à neutralização pela presença asfixiante do quantitativo.

Ademais, é sabido que os portugueses, de modo geral, além de confundirem algumas religiões asiáticas com o Cristianismo, não entendiam — nem se esforçavam por entender — a religião do *outro*, incluindo-se naturalmente nesse contingente o próprio Mendes Pinto, acerca de quem o mesmo SARAI-VA (1962:445) diz — aliás, com toda propriedade, — que "nunca penetrou na intimidade do magistério religioso dos países a que se refere".

Visto por esse viés, o "enigma" da Encarnação proposto por Saraiva ganha bastante clareza. Ainda mais se se acrescentar o argumento do Fr. Gaspar da Cruz⁴, também utilizado por esse autor (1962:447) de que, se bem desconheçam por completo a idéia de Deus, os chineses — e eram chineses aqueles gentios — acreditam que

(...) de cima depende tudo, a criação de todas as cousas como a conservação e o governo delas, e não sabendo particularmente quem é o autor destas cousas, atribuem-no ao céu.

A pergunta de Faria, portanto, mais do que discutir o dogma, tem a prosaica função de conferir a proximidade entre a concepção religiosa do *outro* e a dos portugueses, de maneira a se ter certeza até onde vão as semelhanças, num típico procedimento de “reconhecer o desconhecido”, para utilizar a bela fórmula de Helder Macedo. Mesmo porque, ademais, havia a lenda — o nada que é tudo — de que o apóstolo São Tomé houvera cristianizado parte da China em tempos idos. Não é de estranhar que Antônio de Faria estivesse a ouvir ecos desse mito, ainda que se estivesse a dizer outra coisa.

A resposta do interrogado funciona, assim, como a confirmação de uma diferença fundamental. É como se se comprovasse que, embora na aparência tenham algo em comum, isso não é aquilo. Assim é que se deve entender a ausência de espanto do narrador com a resposta fornecida pelo “gentio”, ao fim da qual ele faz previsível e resignada constatação:

E assi por estas perguntas como por outras que lhe fez Antonio de Faria, entendemos q̃ não tinha esta gente ategora noticia nenhuma da nossa verdade, mais que somente confessarem de boca o que seus olhos lhe mostram na pintura do Ceo, & na fermosura do dia (...) (135).

E se tudo isso não bastasse, há ainda a história de Mateus de Escandel, narrada no capítulo 96 da *Peregrinação*, com a garantia do narrador de ter dela tido conhecimento através de *hum livro impresso em que trataua de muyto grandes marauilhas que o senhor por aquella santo homẽ tinha obrado* (272).

Húngaro de nascimento, e antigo ermitão no Monte Sinai, Escandel chegou à China um século e meio antes de Mendes Pinto. Ali, instalou-se na próspera cidade de Cohilouzaa e começou a pregar o Evangelho, realizando muitos milagres, entre os quais o de ressuscitar mortos — de acordo com Mendes Pinto.

Invejosos do sucesso de Escandel, que ademais os humilhava nas disputas teológicas, os bonzos incitaram a população a matá-lo, sob pena de Deus os *castigar com fogo do Ceo* (270), caso desobedecesse sua ordem. Dirigindo-se à população *amutinada* à casa do “santo homem”, mata o senhor que lhe dava guarida, os dois genros deste e mais um filho, pois todos estavam a defender o religioso. Chorando, Escandel veio ante a população e

repreendendoos de suas vniões causadas do seu mao viuer, antre algũas cousas que então lhes disse, hũa foy affirmarlhes que o Deos em cuja fé se auião de saluar se chamaua Iesu Christo, o qual viera

do Ceo á terra a se fazer homem, & fora necessario morrer pelos homẽs, & que co preço do seu sangue derramado na Cruz pelos peccadores, se ouuera Deos por tão satisfeito em sua justiça, que entregandolhe o poder dos Ceos & da terra, lhe prometera que a todos os q̃ professassem sua ley com fé & obras, se lhe não negaria o premio que por isso era prometido, & que todos os deoses aque os bonzos seruião & adorauão com sacrificios de sangue, erão falsos, & figuras em que o demonio se metia para os enganar (...) (271).

Furiosos, os bonzos ordenam à população que faça uma grande fogueira para que se queime o feiticeiro. Mas é inútil, porque Escandel, com o sinal da cruz e mais algumas palavras *que tambem estavam escritas* no livro, apagou o fogo. Maravilhado, o povo começou a se retirar, gritando que *muyto poderoso deve ser o Deos deste homem, & digno de ser reverenciado em toda a grandeza da terra* (271). Sem autoridade para continuar com as ameaças, os bonzos realizaram a tarefa no lugar do povo, apedrejando o homem até a morte.

Tendo sido lançado o corpo do religioso ao rio, as águas pararam de correr durante cinco dias sem que o corpo saísse do lugar, pelo que os chineses foram forçados a enterrá-lo. No nono dia após o enterro, a cidade tremeu muito *rijamente*. Vendo naquilo um sinal pelo que acontecera a Escandel, o povo foge amedrontado para o campo. Com intenção de acalmá-lo, os bonzos preparam uma cerimônia *ao deos da noite, que não fizesse mais do que tinha feito, porque lhe não darião esmollas* (272).

E com isto se forão todos os sacerdotes somente em procissão à casa deste idolo que era o principal, sem auer pessoa nenhũa do pouo que quisesse yr com elles, por auerem medo de entrar na cidade, & dizem que estando a noite logo seguinte apos este tremor, todos estes ministros do demonio fazendo seus sacrificios com fumos cheirosos, & outras cerimonias custumadas entre elles, permitio nosso Senhor por justo castigo de sua diuina justiça, que sendo quasi às onze horas da noite, tornou a terra outra vez a tremer com tamanho impeto, que templos, casas, muros, & todos os mais edificios quãtos auia na cidade vieraõ ao chaõ, onde foraõ mortos todos os bõzos sem hũ so ficar viuo, q̃ segundo o liuro affirma, passarão de quatro mil, & arrebetando a terra em borbolhões de agoa, se souerteo toda a cidade, & ficou em um grande lago de mais de cem braças de fundo (273).

Mendes Pinto é um homem de acreditar fervorosamente, não de especular sobre os mistérios da fé, atribuição que reserva aos especialistas, como ele bem demonstra nas disputas de que participa Xavier, quando se abstém de transcrever as respostas daquele padre.

Assim, ao colocar as verdades essenciais do Cristianismo na fala do gentio, Mendes Pinto está menos interessado em altas razões de ortodoxia teológica do que de mostrar de modo o mais eficaz possível a distorção que o mau cristão faz da palavra de Cristo, de maneira que sua prática vil seja desnudada.

E a melhor maneira de fazê-lo — a técnica, frise-se, vem de muito antes de Mendes Pinto e se desenvolveu muito depois dele — é mostrar essa prática de fora, único mecanismo que permite vê-la em sua totalidade. Além disso, ela garante a imunidade do denunciante, o que não era pouco naqueles tempos em que se podia morrer queimado tanto pelo que se dizia quanto ou, mais ainda, pelo que não se dizia.

Ainda que duvidoso, pode até ser que Mendes Pinto não se enquadre na ortodoxia da Igreja com seus gentios falantes, puros, honestos, magnânimos e generosos, mas é de um Cristo generoso, magnânimo, honesto e puro que ele está a falar através deles. E a exigir que seja integralmente seguido, única norma admissível de vida para ele. É, pois, no interior do Cristianismo que se move Mendes Pinto, e não fora dele.

Mas, ainda que se comportem como se fossem cristãos perfeitos, esses gentios não o são, porque lhes falta conhecer a palavra de Deus. É por essa razão que o narrador, tendo visto tantos exemplos dignificantes na Ilha dos Léquios, não se incomoda em absoluto de preparar o terreno para uma almejada invasão da ilha pelos portugueses, onde se faria grande “serviço de Deus” — além de bom proveito. Como se vê, ainda que não se proponha a discutir teses teológicas, Mendes Pinto sabe que a palavra de Deus tem que ser ensinada, enfim, tem que ser revelada.

É importante observar que Mendes Pinto fala de conquista, de assenhoreamento, ou seja, da ampliação do espectro do poder efetivo do Império, e não de comerciantes atrás de lucro fácil. É a distinção precisa entre conquista e cobiça, entre serviço e desserviço de Deus.

Por se recusar a aceitar tão didática distinção — e apenas por isso, porque argúcia nem erudição lhe faltavam —, SARAIVA (1962:437) não consegue compreender a atitude de Mendes Pinto:

A história dos Portugueses na ilha dos Léquios tem com toda a evidência um significado moral. O comentário com que a remata o Autor terá algum sentido?

Preocupado em não manchar a imagem que construiu de um Mendes Pinto demolidor de bases ideológicas, SARAIVA (1962:437) responde a sua pergunta através da transformação de Mendes Pinto num caso de dupla personalidade:

É possível que as duas coisas nada tenham que ver uma com a outra e que duas personalidades diferentes estejam falando pela boca do mesmo autor; uma o ficcionista que medita sobre o bem e o mal, outra o comerciante e descobridor que ao longo da *Peregrinação* toma nota das regiões onde há alguma cousa a ganhar, ou seja pelo negócio ou seja pelas armas.

Felizmente, a esquizofrenia de Mendes Pinto imaginada por Saraiva é muito menos grave do que ele supõe. Ao contrário, há uma estreita relação entre essas duas personalidades, a que reflete sobre o bem e o mal e a que sonha a conquista daquela *ilha com todas as mais destes acipelagos*.

E essa relação íntima entre as “duas diferentes” personalidades de Mendes Pinto decorre do fato simples de que a conquista não é o mal, como compreendem SARAIVA e CATZ, mas o bem, distribuído para todos: para os gentios, que ganham Cristo; para Deus, que amplia seu rebanho e para el-rei que aumenta seus domínios e riquezas.

O mal para Mendes Pinto é a promessa de distribuir esse bem conforme o ensinamento de Cristo e não cumpri-la, transformando o serviço de Deus em causa própria, pela cobiça, mesquinharia e ganância. É isso que dizem os Lêquios e aqueles outros gentios, todo o tempo, aos portugueses, mostrando, na prática, o que se faz para que essa promessa seja cumprida, coisa que os portugueses — porque conhecem a verdade — já sabem que deviam fazer.

E o cumprimento dessa promessa — é importante observar — não implica nem mesmo o rompimento definitivo com aquelas formas ditas espúrias de angariar riqueza. Com efeito, torna-se bastante difícil entender de outro modo a amizade que aquele rei íntegro e probo e os grandes da terra mantêm com o corsário chinês *a q̃ el Rey daua colheyta em sua terra, por lhe dar a metade das presas q̃ trouxesse da China*. A “colheita” é, assim, prática legítima — a não ser que a voracidade satírica de Mendes Pinto devore inclusive sua idílica ilha, verdadeiro paraíso provisório.

Aliás, se observada de muito próximo, ela nem é tão paradisíaca assim. Basta ver que, sendo gente com tanto rigor moral, ainda assim os portugueses são avisados da visita que o espião do rei faz à prisão, para a qual puderam preparar-se com antecipação, mesmo tendo sido tal visita organizada em segredo. Para dizer o mínimo, a discrição não parece ser uma das qualidades daqueles ilhéus semi-perfeitos.

Portanto, ao invés de contradição entre personalidades diferentes, o que se tem em Mendes Pinto é uma complementaridade entre julgar (e condenar) o mal e advogar a conquista, aspecto que ele não faz questão de esconder, como se pode ler no seu comentário final acerca dos Léquios, quando diz que descreve aquelas terras por onde anda com a intenção de que seu esforço possa *espertar & incitar os animos dos Portugueses a hũa empresa de tanto seruiço de nosso Senhor, & de tanta honra & proueito para elles*. Se isso é uma “pose satírica” ou uma “personalidade diferente”, tais máscaras estão de tal maneira coladas ao rosto de Mendes Pinto que é impossível separar o que é falso do verdadeiro.

Assim, a valorização do outro, a despeito do que usualmente se diz, é — e nem pode deixar de sê-lo — sempre relativa na *Peregrinação*. Valoriza-se esse outro como um contraponto da desvalorização do mesmo, de maneira que este último enxergue o seu erro e se corrija. Erro, aliás, em que não deveria ter caído se tivesse seguido a norma cristã como se é obrigado a fazê-lo, visto que essa é antes de tudo uma prática de vida virtuosa.

Por essa razão, a comparação é feita sempre entre o gentio bom e o cristão mau, nunca entre o bom gentio e o bom cristão. Para Mendes Pinto, essa comparação simplesmente não se põe, porque, enquanto o segundo é guiado pela Verdade, o primeiro, por bom e virtuoso que seja, estará para sempre imerso nas sombras da mentira. Onde não pode permanecer, porque assim exige a vontade de Deus.

NOTAS

- ¹ Estava contra ele também a voz solitária do padre Fernão de Oliveira, mais conhecido pela gramática que escreveu em 1536, a primeira da língua portuguesa. Indignado, o padre condenou veementemente a escravidão, que chamou de “comércio vil”, pelo que teve que enfrentar os rigores do Santo Ofício.
- ² A esse respeito, diz a ensaísta: “Ainda assim e apesar de persistir a ausência de prova documental, vários são os estudiosos desta matéria - nós entre eles - que, baseando-se em prova intrínseca e detectável mediante uma leitura muito fina da *Peregrinação*, continuam a aderir à hipótese de F. M. P. ter sido um cristão-novo (CATZ, 1978:87).
- ³ O argumento, para outros fins, foi utilizado inicialmente por Aníbal Pinto de Castro (1984:38).
- ⁴ O Fr. Gaspar da Cruz, com o seu *Tratado das cousas da China*, foi, muito provavelmente, uma das fontes de que Mendes Pinto se valeu para ampliar a informação que oferece acerca da China em sua narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOXER, Charles. *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- CATZ, Rebecca. *A sátira social em Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: (Prelo), 1978.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Lisboa: IN-CM, 1983.
- SARAIVA, Antônio José. *História da cultura em Portugal*, Lisboa: Jornal do Foro, 1962.